



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

CAMILA EMANUELLE DE SOUZA DA CUNHA

OS ANIMAIS NOS RELATOS HOLANDESES NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA (1620-1650)

ANANINDEUA/PA 2025

CAMILA EMANUELLE DE SOUZA DA CUNHA

**OS ANIMAIS NOS RELATOS HOLANDESES NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA (1620-
1650)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em história pela Universidade Federal do Pará para obtenção do título de licenciado em história pela Universidade Federal do Pará. Orientador: Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA/PA

2025



UNIVERSIDADE DO FEDERAL DO PARÁ

FOLHA DE APROVAÇÃO

CAMILA EMANUELLE DE SOUZA DA CUNHA

OS ANIMAIS NOS RELATOS HOLANDESES NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA (1620-1650)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em história pela Universidade Federal do Pará para obtenção do título de licenciado em história pela Universidade Federal do Pará

Aprovado em: _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle – Orientador

Prof. Dr. Carlos Augusto Bastos – Avaliador 1

Prof. Dr. Fredson Pedro Martins – Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pelo dom da vida e por me permitir concluir mais um sonho, que é compartilhado com os meus. Em seguida, a minha vó, Maria Sueli Vasconcelos Cunha, um grande exemplo de determinação e perseverança que me ajudou nos dias mais difíceis.

Aos meus pais, Carmem Selvora Silva de Souza e Manoel Antônio Alves da Cunha Neto que me ensinaram a buscar o meu melhor, sempre e através do estudo pudesse alcançar melhores oportunidades. A minha irmã, Maiara Camilly, pela compreensão e pelas boas intenções durante esse processo.

As minhas amigas, Ramon Almeida e Iris Cardoso, que estiveram acompanhando o meu desenvolvimento desde o começo da graduação e sempre me acolheram com muito carinho.

As amigas que fiz durante o curso e que fizeram desse processo ainda mais leve e feliz. Levarei eternamente no meu coração, Beatriz Lima, Julia Brenda, Maria Vitoria e Talys Fernandes.

Ao meu orientador Wesley Oliveira Kettle, que me auxiliou com muita dedicação a escrita desse trabalho e que a partir de suas aulas decoloniais me fez observar a História com seus cheiros, sabores e cores.

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2019, p. 9-10).

OS ANIMAIS NOS RELATOS HOLANDESES NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA (1620-1650)

Camila Emanuelle De Souza Da Cunha¹

RESUMO

Este estudo investiga a presença dos animais nos relatos dos holandeses na Amazônia no século XVII, de 1620 – 1650 utilizando uma abordagem qualitativa e historiográfica fundamentada na análise documental e revisão bibliográfica. A pesquisa examina os interesses políticos, econômicos e sociais que motivaram a incursão holandesa na região, bem como as interações estabelecidas com as populações indígenas. Além disso, analisa os discursos eurocêntricos construídos sobre a Amazônia e o impacto da ocupação colonial na fauna e na dinâmica ambiental. A abordagem historiográfica e ambiental permite compreender não apenas as estratégias de dominação e exploração adotadas pelos holandeses, mas também as formas de resistência dos povos nativos diante da colonização. Os resultados destacam a complexidade das relações coloniais e a necessidade de revisitar fontes históricas e interpretações tradicionais sobre a ocupação da Amazônia. Dessa forma, o estudo contribui para uma visão mais ampla e crítica do período, ressaltando a importância de considerar múltiplas perspectivas na reconstituição da história regional e no entendimento dos impactos da presença holandesa na Amazônia colonial.

Palavras-chave: Amazônia colonial; presença holandesa; história ambiental; narrativas historiográficas.

ABSTRACT

This study investigates the presence of animals in Netherlands' in the Amazon during the 17th century through a qualitative and historiographical approach based on documentary analysis and bibliographic review. The research examines the political, economic, and social interests that motivated the Netherlands' incursion into the region, as well as the interactions established with Indigenous populations. Additionally, it analyzes the Eurocentric discourses constructed about the Amazon and the impact of colonial occupation on the local fauna and environmental dynamics.

¹ Graduanda em História – Licenciatura, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Ananindeua. (xcamiemanuelle@gmail.com)

The historiographical and environmental approach allows for an understanding of not only the strategies of domination and exploitation employed by the Netherlands but also the resistance efforts of native peoples against colonization. The results highlight the complexity of colonial relations and the need to revisit historical sources and traditional interpretations of Amazonian occupation. Thus, this study contributes to a broader and more critical perspective on the period, emphasizing the importance of considering multiple viewpoints in reconstructing the region's history and understanding the effects of the Netherlands' presence in colonial Amazonia.

Keywords: colonial amazonia; netherlands' presence; environmental history; historiographical narratives.

INTRODUÇÃO

O interesse por este tema surgiu a partir da análise dos relatos de viajantes holandeses sobre a Amazônia seiscentista, especialmente no que diz respeito à forma como a flora e em especial a fauna foram representadas nesses documentos. Questionei-me, então, até que ponto essas narrativas influenciaram a construção do imaginário sobre a Amazônia e como essas percepções impactaram as relações entre colonizadores e povos indígenas.

Décio de Alencar Guzmán e Lodewijk A.H.C (2016) afirmam em sua obra *Holandeses na Amazônia (1620-1650) Documentos Inéditos* que os registros da presença holandesa na Amazônia oferecem um testemunho valioso não apenas sobre os aspectos geográficos e naturais da região, mas também sobre as dinâmicas sociopolíticas que emergiram desse contato.

A partir dessas reflexões, surgiu a necessidade de investigar mais a fundo o papel desses relatos na consolidação de uma visão colonial sobre a natureza amazônica e suas implicações históricas. A presença holandesa na Amazônia durante o século XVII insere-se no contexto mais amplo da expansão ultramarina europeia e da disputa territorial e comercial entre as potências coloniais.

Embora a ocupação luso-espanhola tenha predominado na América do Sul, as Províncias Unidas dos Países Baixos desempenharam um papel significativo na dinâmica colonial da região, impulsionadas pela busca por novos mercados e fontes de matérias-primas. Assim, os esforços holandeses para consolidar sua presença na Amazônia não apenas revelam as estratégias expansionistas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC)², mas também lançam luz sobre as interações entre europeus e populações indígenas, bem como sobre as representações construídas acerca do território amazônico.

Relatos como os do irlandês O'Brien e outros cronistas da época detalham as tentativas holandesas de estabelecer fortificações estratégicas e sua relação conflituosa com os portugueses e grupos indígenas aliados, revelando um cenário de resistência e adaptação mútua. Além disso, os documentos transcritos e traduzidos evidenciam como o "Neder-Duits", uma variante do baixo alemão, foi a língua utilizada em muitos desses registros, demonstrando a

² A Companhia das Índias Ocidentais ou "West Indische Compagnie" (WIC) em inglês foi dirigida por um conselho de dezenove membros, chamados "os XIX", e contou com cinco câmaras que agiram como empresas separadas, cada uma com seu próprio arquivo. As câmaras de Amsterdam e Zelândia foram as principais e dividiram a presidência. As câmaras controlaram as ações da Companhia em proporções variáveis, porém a câmara de Amsterdã foi detentora de quatro nonos do total de ações da WIC. A história da Companhia foi narrada por Johannes de Laet, geógrafo e diretor da WIC, nos seus Anais dos feitos da Companhia da Índias Ocidentais, publicados na cidade de Leiden em 1644.

complexidade linguística e cultural envolvida na produção dessas narrativas.

Dessa forma, este estudo objetiva analisar a atuação dos holandeses na Amazônia seiscentista por meio de uma abordagem historiográfica que contempla a documentação oficial da época, mobilizando as narrativas elaboradas acerca dessa incursão que estão reunidas na coletânea organizada por Décio Guimarães e Lodewijk Hulsman. Dossiês contendo cartas, relatos e descrições da Angola, Tobago, Brasil e outras regiões da América do Sul e do Caribe. Estes documentos contendo descrições do Maranhão e do Grão-Pará escritos em 1638 e 1640 estão reunidos e traduzidos na obra desses dois estudiosos.

A pesquisa insere-se no contexto das disputas coloniais entre as potências europeias e investiga os fatores políticos, econômicos e sociais que impulsionaram a tentativa holandesa de consolidar sua presença na região. Ademais, examina-se relatos da época, como os de Gedion³ indicam que a presença neerlandesa na Amazônia esteve fortemente associada à busca por recursos naturais, ao comércio do tabaco e ao controle estratégico das rotas fluviais, aspectos essenciais para a WIC.

Este estudo tem como objetivo analisar as representações da fauna amazônica nos relatos neerlandeses do século XVII, investigando como esses discursos contribuíram para a construção de uma visão colonial sobre a Amazônia. A pesquisa busca compreender de que maneira os viajantes e cronistas neerlandeses descreveram a fauna local, os usos atribuídos aos animais e as interações entre humanos e não humanos nesse contexto, considerando os impactos dessas narrativas na memória histórica e na percepção ocidental da região.

Para isso, examina criticamente os relatos neerlandeses do período, identificando os significados simbólicos e utilitários atribuídos aos animais e analisando como esses discursos reforçaram concepções eurocêntricas sobre a natureza e os povos indígenas da Amazônia.

Segundo os documentos analisados no artigo de Lodewijk Hulsman *Escambo e Tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630)* (2016), a disputa pela Amazônia envolveu também acordos comerciais, como a tentativa de estabelecer uma economia baseada na exportação de tabaco e especiarias para a Europa, evidenciada nos registros sobre a atuação de comerciantes holandeses em portos clandestinos do Caribe e do Atlântico Sul.

A análise documental, aliada à revisão da literatura historiográfica, permite uma reflexão

³ Gedion Morris viajou em 1629 com uma expedição equipada pela Câmara da Zelândia, sediada na WIC com destino ao delta amazônico para erigir um forte no lugar chamado Torego (Tauregue nos documentos portugueses). Lamentavelmente faltam informações biográficas sobre Gedion. O único dado disponível até agora, é que ele se chamou 'de Jonge, o que significa "o Jovem", indicação de que seu pai provavelmente chamava-se também Gedion Morris.

crítica sobre o impacto da presença holandesa na Amazônia e sobre as trocas culturais e econômicas que se estabeleceram nesse período.

Ao considerar as contribuições da história ambiental e da história dos animais, o estudo também investiga a forma como o meio ambiente e a fauna local foram representados nos relatos de viajantes e naturalistas europeus, evidenciando a interdependência entre os agentes humanos e não humanos na dinâmica colonial.

Relatos da época descrevem a fauna amazônica com um misto de fascínio e temor, refletindo a visão europeia sobre um território "inexplorado" e "selvagem", como exemplificado nas descrições de navegadores holandeses sobre suas expedições ao longo do rio Amazonas.

Esta pesquisa busca ampliar a compreensão crítica da colonização da Amazônia, destacando o papel dos animais nos relatos holandeses e legitimando-os como agentes históricos desse processo. Ao serem representados em narrativas que influenciaram a percepção do território amazônico ao longo do tempo, esses animais tornam-se fundamentais para uma nova leitura da história.

Dessa forma, esta monografia se insere no debate historiográfico sobre a formação da Amazônia colonial e a construção do conhecimento sobre a natureza, ressaltando a importância de revisitar fontes e interpretações tradicionais para possibilitar novas análises sobre a atuação holandesa na região e suas implicações para a história amazônica.

PELA ÓTICA DA HISTÓRIA AMBIENTAL: OS ANIMAIS HUMANOS E OS NÃO HUMANOS

A História Ambiental é um campo de estudo que pode ser compreendido a partir de três premissas teóricas fundamentais. Primeiramente, entende-se que a natureza não é uma entidade fixa e imutável; pelo contrário, a mudança é um elemento intrínseco aos ecossistemas e aos organismos vivos.

Além disso, o conceito de "natureza", assim como os termos a ele associados, é histórico em muitos sentidos: seus significados e até as palavras que os expressam são construções históricas, refletindo e constituindo as transformações sociais. De acordo com o historiador José Augusto Pádua (2010), existem três mudanças que merecem atenção especial, sendo elas:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010, p. 83).

Entende-se que a ação humana gera impactos significativos sobre a natureza, uma interferência que se reproduz desde séculos passados. Exemplos disso incluem a expansão colonial, a introdução de plantações em larga escala, a remoção de ouro e outros minerais, além do manejo de animais que não faziam parte de determinados *habitats*, alterando a cadeia alimentar e o ciclo ecológico.

Assim, o autor sugere que a colonização europeia, ao integrar diversas regiões do mundo em uma economia global, levou à percepção crescente de um possível "colapso" e destruição no futuro. Isso ocorreu a partir de comparações entre ecossistemas e observações empíricas dos impactos devastadores da ação humana, como o desmatamento e a manipulação do território amazônico.

Essa percepção, porém, não era evidente no século XVII, época em que prevalecia uma ótica de exploração da natureza, considerada inesgotável e fantástica. Acreditava-se que o meio ambiente existia exclusivamente para servir à humanidade, supondo uma superioridade entre homens e a natureza, na obra *“O Homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”* de Keith Thomas (2010), ele evidencia que:

[...]Enquanto isso, os cientistas e planejadores. econômicos do século XVII anteviam triunfos ainda maiores sobre as espécies inferiores. Para Bacon, o fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado original, ao passo que Robert Boyle era instado por seu correspondente John Beale a estabelecer o que este chamava "o império da espécie humana". Para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que "a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana". [p.35]

Apesar disso, o pesquisador Clarence Glacken (1967) diz que a natureza não deve ser entendida como algo servil ou meramente disponível ao controle humano. Ele argumenta que a natureza é um agente histórico ativo, influenciando profundamente o desenvolvimento humano.

Glacken refutou a ideia de que a natureza é imutável ou subordinada aos desejos humanos, destacando que ela possui seus próprios processos de transformação e evolução ao longo do tempo. Ele enfatiza que a relação entre humanidade e natureza é definida por uma interação contínua, na qual a natureza exerce influência significativa sobre o curso da história humana, moldando as condições de vida.

A partir disso, vale ressaltar o significado de "Animais Humanos" e "Animais Não Humanos". Por muito tempo, ao longo da história da humanidade, os animais foram tratados, em muitas culturas, como seres subservientes ao homem. No entanto, ao utilizar esses termos neste trabalho, busca-se enfatizar a necessidade de desmitificar essa ideia, dado que o ser humano não ocupa uma categoria superior à natureza.

O meio ambiente, no que diz respeito à história ambiental, não se encaixa apenas como cenário, mas como agente nos processos, como é abordado pelos autores Wesley Oliveira Kettle; Mário Roberto Ferraro; Esther Mayara Zamboni Rossi no livro *Estudos de história ambiental, novos horizontes* (2022). Conforme exposto, biologicamente, o *Homo sapiens* permanece dentro da categoria animal e, ao adotar uma perspectiva descolonizadora, pode-se compreender uma agência comum entre seres humanos e a natureza. Essa visão de agência compartilhada possibilita uma releitura da relação entre humanos e o meio ambiente, em que ambos os lados são protagonistas dos processos históricos.

A partir disso, é interessante compreender que, no lugar dessa dependência "natureza vs. homem", o universo não depende do homem para sua sobrevivência, porém o oposto não acontece. A autora Regina Duarte (2013) explica, no livro *História & Natureza*, que, nos processos históricos e sociais, o homem sempre retirou da natureza seu sustento: sua água para beber e para tomar banho, seus frutos e a terra para colher e habitar.

Esses são apenas alguns exemplos, mas vale ressaltar que essa relação ocorreu de formas muito distintas, com perspectivas e valores diversos. Nesse conjunto de necessidades biológicas, é claro, o homem não é o único ser vivo a partilhar da natureza. Sobre isso, pontua Duarte:

(...) Os homens não se diferem das focas, das esponjas, dos pássaros, ou das árvores. O essencial das sociedades humanas e o que elas compartilham, diferenciando-se dos outros seres vivos, é o fato de se instituírem criando cultura, significando o mundo ao seu redor e agindo em sua transformação. Ao fazer isso, os homens extrapolam suas necessidades biológicas, inventando inúmeras outras. (...) (DUARTE, 2013, p.76).

Entende-se que a maneira como os seres humanos observam os animais e as plantas e os significados que atribuem a eles são o que os diferencia, pois a capacidade de significar o mundo ao redor, ou seja, de criar símbolos, interpretar o ambiente e desenvolver linguagens para transformar o mundo, é própria do animal humano.

Ademais, essa extrapolação das necessidades biológicas aponta para a invenção cultural, indo além do que é necessário para a sobrevivência. Enquanto outros seres vivos operam com base em instintos e necessidades imediatas, os seres humanos são capazes de inventar novas necessidades, como a estética, a moral, o conhecimento, a tecnologia e as relações.

Dessa forma, a partir da perspectiva da História Ambiental, torna-se claro que a relação entre humanos e a natureza, em suma, não se trata de dominação unidirecional, mas de interação contínua, na qual ambos são agentes históricos. A natureza, longe de ser um recurso passivo ou servil, é um agente ativo nas transformações do mundo e, conseqüentemente, nas condições de vida humana.

Nesse sentido, a partir dos relatos de viagem, é possível perceber os impactos da natureza na vida humana na Amazônia, desde o período colonial. Assim, é importante desmistificar a ideia de uma natureza subjugada ao controle humano e atentar-se para a visão europeia a partir dos significados atribuídos nos relatos e observar os excessos atribuídos à expansão e dominação colonial.

OS ANIMAIS NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS NA EXPANSÃO DOS HOLANDESES

A incursão holandesa na Amazônia durante o século XVII esteve profundamente marcada pela interação com a fauna local, que não apenas fornecia insumos para a subsistência e o comércio, mas também impunha desafios à adaptação europeia ao ambiente amazônico.

A partir da perspectiva da história dos animais, como explorada por Andréa Osório (2015), é possível compreender essa dinâmica por meio da intersecção entre a materialidade dos animais e as representações que deles foram feitas, destacando-se, nesse contexto, a questão da agência animal e sua influência nas estratégias coloniais.

A fauna amazônica, distinta da europeia em aspectos biológicos e culturais, teve um papel ambivalente na ocupação holandesa. Se por um lado fornecia recursos essenciais, como carne, peles e substâncias medicinais, por outro exigia a reformulação de conhecimentos prévios e a adaptação a novas formas de interação com o ambiente.

Regina Horta Duarte (2013) aponta que a historiografia dos animais passou de uma

ênfase nas representações simbólicas para a incorporação do chamado "animal real", isto é, a consideração de sua agência e papel ativo nas dinâmicas históricas. No caso amazônico, os animais não eram apenas explorados, mas também moldavam as possibilidades de ocupação e sobrevivência dos europeus.

Quadro 1 - Os animais nos relatos dos holandeses

Nome do animal	Quantas vezes é citado e as páginas que foram mencionados	Finalidade
Peixes	Múltiplas vezes (p. 69,75,77,107,109 e 113)	Alimentação
Tartarugas	Múltiplas vezes (61, 69, 107)	Alimentação e conservação para uso futuro
Bois	Mencionado (p. 51, 103)	Trabalho e comércio
Vacas	Mencionado (p. 51, 107)	Trabalho e comércio
Porcos	Mencionado (p. 51, 107)	Alimentação
Cabras	Mencionado (p. 51, 107)	Alimentação
Cavalos	Mencionado (p. 55, 107)	Transporte
Javalis	Mencionado (p. 107)	Silvestre
Veados	Mencionado (p. 107)	Silvestre
Lebres	Mencionado (p. 107)	Silvestre
Coelhos	Mencionado (p. 107)	Silvestre
Vaca-Marinha	Mencionado (p. 107 e 109)	Alimentação e comércio
Tatus	Mencionado (p. 107)	Silvestre e Alimentação
Peru	Mencionado (p. 107)	Alimentação
Mutum	Mencionado (p. 107)	Alimentação
Aves Galináceas	Mencionado (p. 107)	Alimentação e comércio
Caranguejo	Mencionado (p. 107)	Alimentação
Aves	Mencionado (p. 107)	Caça

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir das cartas, relatos e descrições presentes em *Holandeses na Amazônia (1620-1650): Documentos Inéditos*, organizado por Guzman e Hulsman (2016)

A tabela acima indica os animais como fontes alimentares e de uso econômico, além de desempenharem um papel significativo nas narrativas coloniais. As tartarugas, por exemplo, eram amplamente exploradas pelos colonizadores e escravizados, que utilizavam técnicas específicas para mantê-las vivas por longos períodos, garantindo o abastecimento alimentar durante as expedições e ocupações na Amazônia.

Esse processo evidencia não apenas a apropriação dos recursos naturais da região, mas também o conhecimento empírico sobre a fauna local, muitas vezes aprendido e adaptado a partir das práticas indígenas. Além disso, animais como bois, vacas, porcos e cabras estavam diretamente ligados ao sistema produtivo colonial, seja como fonte de carne e couro, seja como força de trabalho, especialmente nos engenhos de açúcar e na ocupação territorial. Já os cavalos aparecem nos relatos como parte da interação com grupos indígenas, demonstrando como o

intercâmbio cultural também envolvia a introdução de espécies europeias no território amazônico.

Conforme sugere a abordagem de Erica Fudge (2014), as representações de animais muitas vezes estavam vinculadas a discursos políticos e ideológicos que reforçavam a dominação humana. No contexto holandês, a percepção dos animais amazônicos oscilava entre a exotização e a ameaça, refletindo o duplo papel da natureza tropical: ao mesmo tempo em que era um território de abundância e promessas econômicas, era também um espaço de perigos e resistências.

Essa ambivalência pode ser interpretada à luz da ideia de "coletivos" proposta por Bruno Latour (1994), na qual humanos e não-humanos estão imbricados em redes de interação que desafiam a tradicional separação entre natureza e cultura. Outro aspecto relevante é a adaptação dos próprios holandeses à fauna local, o que nos remete ao conceito de agência animal discutido por Vinciane Despret (2013). Ao lidar com animais desconhecidos – tanto para caça quanto para proteção contra predadores –, os colonizadores precisaram reformular suas estratégias de ocupação, muitas vezes incorporando saberes indígenas, os quais estavam profundamente enraizados em formas não ocidentais de compreender a natureza.

Dessa maneira, os animais da Amazônia não eram apenas passivos diante da presença colonial; ao contrário, sua presença impunha limites, desafios e mediações, demonstrando que a história colonial não pode ser compreendida sem levar em conta a materialidade dos seres não-humanos. A abordagem da história dos animais, portanto, permite uma visão mais abrangente da experiência colonial na Amazônia seiscentista, destacando como a fauna foi um fator determinante tanto na economia quanto na configuração das relações entre europeus, indígenas e o ambiente natural.

Considerando o debate historiográfico apresentado por Andréa Osório (2015), pode-se argumentar que os animais amazônicos desempenharam um papel crucial não apenas na subsistência e no comércio, mas também na construção simbólica do território, na adaptação dos colonizadores e na própria resistência aos projetos expansionistas da época.

OS HOLANDESES NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: EXPANSÃO, NARRATIVAS E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Durante as primeiras expedições rumo às Américas, foram produzidos inúmeros documentos que relatam os grandes feitos das incursões marítimas, incentivadas e financiadas por comerciantes que buscavam novas localidades para a extração de produtos comerciais e a

expansão territorial.

É importante destacar que, antes da chegada dos europeus à América do Sul, já havia ocupação humana consolidada, como afirmam os autores Alberto Damasceno e Joaquina Miranda (2020). Esses autores, por sua vez, destacam que o desejo pela colonização dessas terras também estava relacionado ao fascínio por essa região, devido aos seus mistérios e riquezas, o que incentivou diversas expedições.

Além disso, Alberto Damasceno e Joaquina Miranda (2020) ressaltam que, entre o fim do século XVI e o início do século XVII, além dos países ibéricos, holandeses, ingleses e franceses também organizaram viagens com fins exploratórios para a Amazônia.

Nesse contexto, vale destacar que regiões como o Maranhão e o Grão-Pará foram alvos de intensas disputas, tanto no âmbito comercial quanto territorial. Ainda segundo os autores supracitados, durante a formação do Brasil, territórios vizinhos como Ceará, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas possuíam estruturas políticas distintas no processo colonial, sendo considerados, à época, regiões separadas do Brasil.

No entanto, posteriormente, foram incorporadas ao território que hoje compreendemos como Brasil. O historiador Charles Boxer (1961) examina os elementos da investida holandesa no território que atualmente se compreende como Brasil, a partir, principalmente, de uma perspectiva política dos acontecimentos.

O autor evidencia a trajetória de conflitos e acordos decorrentes dos interesses político-econômicos que norteavam a atuação das nações envolvidas na disputa pelo domínio e exploração desses territórios. Portugueses, espanhóis, franceses e holandeses estavam entre os que planejavam conquistar essas regiões.

O autor tece comentários sobre a antiga relação conflituosa entre as Províncias Unidas dos Países Baixos e a Espanha. Esses conflitos se intensificaram com os avanços marítimos realizados pelos holandeses e sua expansão no mundo tropical. Cientes da crescente energia marítima que vinha sendo demonstrada em suas investidas, as potências envolvidas assinaram tréguas, as quais se tornaram instáveis durante a União Ibérica.

Apesar de milhares de navios europeus já terem ancorado nessas terras até meados do século XVII, as regiões ainda não eram tão conhecidas por eles e, por isso, chegaram a atribuir o nome de “Novo Mundo” ao que hoje se chama Amazônia.

Ademais, não era somente esse pensamento atribuído às Américas, haja vista que, como descrito pelo historiador mencionado, esses estrangeiros observaram a capacidade exploratória desse espaço com base na ideia de um paraíso, o qual seria fonte de enriquecimento por meio

de novas mercadorias a serem comercializadas.

Enquanto alguns autores escreviam por meio de uma análise política, outros seguiam suas pesquisas sob o viés econômico. Lodewijk Hulsman (2016) diz que, apesar de essa área ser conhecida pelos geógrafos desde 1541, a partir dos relatos do viajante Orellana, somente em 1600 foram iniciadas as tentativas holandesas de alianças comerciais com os povos nativos das regiões próximas ao rio Amazonas.

A partir de estudos arqueológicos — como as escavações realizadas no sítio arqueológico de Monte Castelo, em Rondônia, que revelaram ocupações contínuas e intercâmbio de bens entre comunidades desde cerca de 6.000 anos atrás (MILLER, 1992; SCHAAN, 2010), e as pesquisas sobre geoglifos no Acre, que evidenciam redes de caminhos e encontros intercomunitários anteriores ao contato europeu (PÄRSSINEN *et al.*, 2009) — comprovou-se que havia comércio excedente entre os povos originários antes da chegada dos estrangeiros. Assim, é possível entender que a intensificação das trocas comerciais esteve relacionada ao interesse europeu em obter produtos provenientes da agricultura indígena e do manejo de animais, tanto para exportação quanto para consumo interno.

Observa-se também que o discurso de uma suposta dependência econômica e desenvolvimentista criada pelos europeus não é de total veracidade, visto que, conforme as pesquisas desenvolvidas por Lodewijk Hulsman (2016), o desejo de comercializar e participar das plantações na Amazônia partia dos viajantes que aqui ingressavam.

Dentro dessa análise, percebe-se que o autor faz ponderações sobre as questões econômicas relacionadas à presença holandesa no rio Amazonas, pois elenca uma série de pontos sobre os fluxos comerciais que existiam entre os holandeses e os indígenas, além das exportações dos produtos cultivados no delta do rio Amazonas para os portos europeus.

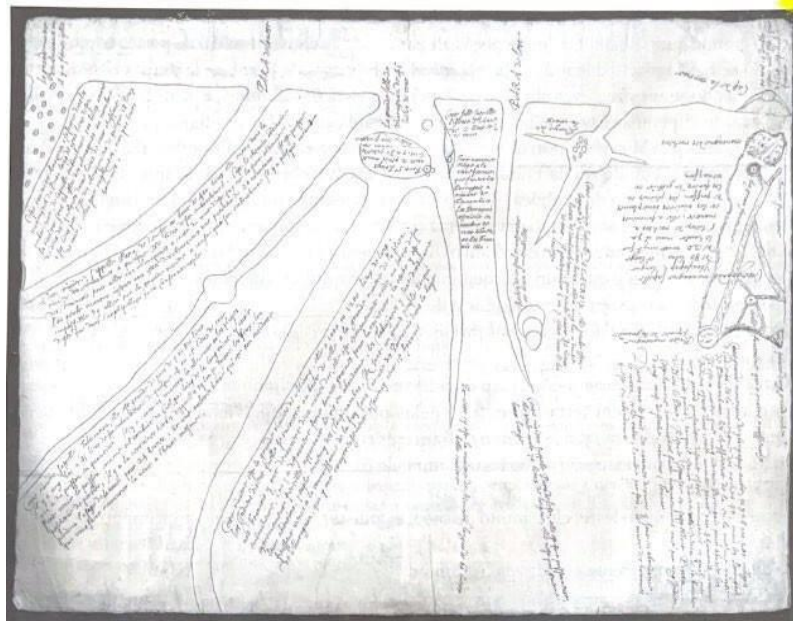
Além disso, ele debruçou-se sobre os pressupostos da história econômica e analisou elementos de cunho comercial, mercantilista e da atuação indígena no comércio no Norte do Brasil (Hulsman, 2016, p. 58), evidenciando as motivações europeias de incentivo comercial em relação à Amazônia, ao mesmo tempo em que promove reflexões sobre a comercialização que ocorria no Brasil colonial.

Logo, nota-se as iniciativas holandesas para estabelecer relações comerciais na região do rio Amazonas no século XVII, uma vez que o desejo pela colonização era sustentado pela necessidade de conquista de territórios e pela comercialização oriunda da extração de produtos locais. Os conflitos decorrentes da disputa entre holandeses e outros povos europeus, crescentes nesse período, dificultavam o domínio cartográfico da região, que ainda estava fortemente

relacionada à ideia de um paraíso prometido.

Todavia, o fluxo comercial entre holandeses e indígenas não exclui o fato de que a troca de mercadorias excedentes ocorria antes dos primeiros contatos, desconstruindo uma visão eurocêntrica que perdura no imaginário coletivo até hoje.

Figura 1 - Mapa francês da costa entre Pará e Ibiapaba



Fonte: GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): Documentos Inéditos*. Belém: IOE, 2016, p. [25].

Nesse mapa, os viajantes buscam enfatizar a riqueza da Amazônia, com rios “navegáveis” e aqueles que não se podia passar com embarcações grandes, a população nativa tinha o conhecimento de canoas menores que fariam o percurso mesmo diante dos desafios encontrados. O rio descrito no mapa se trata do rio das Amazonas.

No documento histórico reproduzido por Guzman e Hulsman (2016) é relatado que:

“Há certas poças ali para onde as chuvas trazem os peixes como se eles caíssem do céu; não muito distante de lá é possível fazer pesca de pérolas, lá perto existem certas ervas que quando se as esfrega nos olhos se pode perder a vista por 24 horas; e há outra erva que é seu antídoto e faz recuperar a vista imediatamente após sua aplicação sobre os olhos.” (GUZMAN; HULSMAN, 2016, pg.26)

Observa-se o vislumbre dos viajantes em assinalar que as terras amazônicas eram de tamanha riqueza, onde os peixes caíam como se fosse do céu. Essa percepção evidencia o fascínio europeu diante da abundância natural da região, reforçando a ideia da Amazônia como um território exótico e repleto de recursos inexplorados.

Além disso, o relato sobre a pesca de pérolas e a existência de ervas com propriedades medicinais demonstra o interesse não apenas na fauna e na flora, mas também no potencial

econômico que essas terras poderiam oferecer.

RELATOS DOS VIAJANTES: O OLHAR CURIOSO

Os relatos são descrições detalhadas dos mais variados temas, podendo tratar de um território, do cotidiano de uma vila de colonos ou de uma aldeia indígena, bem como da natureza, com o objetivo de suprir interesses científicos ou exploratórios da metrópole. Isso porque esses viajantes, quando retornavam ao seu lugar de origem, tratavam dessas expedições como histórias fabulosas de suas “aventuras” — aventuras que, muitas vezes, encobriam a violência do processo colonizatório, como a escravização de povos indígenas e africanos, a apropriação de terras e a destruição de culturas originárias.

Um exemplo clássico é o relato de Hans Staden, intitulado *Duas viagens ao Brasil*, lançado no século XVII, que se tornou um dos mais célebres sobre o tema. Outros exemplos incluem os escritos de Jean de Léry, que, em *Viagem à terra do Brasil*, também do século XVII, descreve seu contato com os tupinambás, revelando tanto o fascínio quanto os preconceitos europeus diante das culturas indígenas.

Em adição, foram produzidos, naquela época, outros relatos além daqueles que abrangem o sudeste da Colônia Portuguesa. De acordo com a autora Stella Franco (2009), as produções literárias sobre esse Novo Mundo não estavam isentas da subjetividade dos viajantes que as escreviam, visto que eles eram influenciados por suas vivências, culturas e religiões, ou seja, suas produções refletiam seus próprios interesses.

Muitas dessas escritas evidenciam o estranhamento que esses viajantes – em sua maioria europeus – experienciavam ao se deparar com os povos nativos. A análise desses documentos atenta-se para o olhar crítico sobre esses enunciados, pois, apesar da tentativa de detalhamento do real, eles também não estavam isentos de transpor seus medos, desejos e anseios com base em suas próprias vivências.

O autor José Gimenez (2001) assevera que os relatos de viagem possuem, dentre suas características, o registro, mesmo que involuntário, dos costumes cotidianos e de experiências próprias dos autores que os escreveram, advindas da herança do imaginário medieval, principalmente daqueles que participaram das primeiras expedições rumo à Amazônia nos séculos XVI e XVII.

Infere-se que, a partir desse imaginário medieval, mitos sobre os elementos que compõem esses espaços foram construídos dentro dos relatos. Como exemplo, tem-se o viajante

Gândavo⁴, que descreve os bichos encontrados no território que hoje compreende-se como Brasil, entre eles monstros marinhos e demônios na Capitania de São Vicente, os quais são reflexo da religiosidade desses viajantes, frequentemente utilizada como instrumento ideológico de legitimação da colonização, ao rotular os povos nativos como ‘pagãos’ e, assim, justificar a imposição de valores europeus e práticas de violência espiritual e cultural.

Por outro lado, com o objetivo de trazer ao seu documento rigor científico, naturalistas da época, para além do fantástico, traziam elementos concretos nas descrições paisagísticas e sobre o cotidiano, embora esse discurso ‘científico’ estivesse frequentemente a serviço da lógica colonial contribuindo para o mapeamento, controle e expropriação sistemática da natureza e dos indivíduos das regiões exploradas. Conforme Claércio Schneider (2005), esses indivíduos eram cronistas, missionários, viajantes e pesquisadores naturalistas que vinham em expedições para o Brasil e, assim, influenciavam o imaginário da população europeia de diversas formas.

Nesse viés, compreende-se que as interpretações desses viajantes, além de alimentarem sentimentos fantásticos sobre como deveria ser esse “novo lugar” para eles, também atingiam a curiosidade acerca da paisagem, dos bichos, das plantas e dos costumes dos nativos.

Nesse ponto, pode-se apreender, a partir dos relatos de viagem, a visão europeia acerca do mundo não europeu. Apesar de a obra de Mary Louise Pratt, *Os Olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação* (1992), tratar das literaturas de viagem produzidas no século XVIII e de neste trabalho o tema referir-se ao século XVII, é possível notar que o gênero textual "literatura de viagem", no período colonial, de modo geral, disserta principalmente sobre as observações da visão do homem branco europeu e como esse olhar ajudou a construir uma consciência global das Américas, em especial da Amazônia.

Nessa mesma obra, Mary Pratt trabalha conceitos como “Zona de Contato” e “Transculturação”: o primeiro nomeia as relações em espaços sociais e geográficos nos quais populações de culturas distintas interagem, passivamente ou não. No caso da colonização da Amazônia, entende-se que os atos de negociações e resistências faziam parte desse processo de Zona de Contato, pois as trocas entre indígenas e colonizadores iam além do comércio e da

⁴ Pero de Magalhães Gândavo, português natural de Braga, residiu no Brasil provavelmente entre 1558- 1572, época do governo de Mem de Sá. Ao retornar para Portugal, escreveu suas impressões sobre a colônia no livro *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz*, impresso pela primeira vez em 1576. Essa obra foi traduzida para o francês por Ternaux- Campans, em 1837, e reimpressa duas vezes na “Revista do Instituto Histórico”. O Tratado só apareceu em 1826 no quarto volume da “Coleção de notícias para a História e a Geografia nas nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas”, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

imposição cultural, envolvendo adaptações estratégicas e ressignificações de costumes para a sobrevivência e manutenção das identidades locais.

Dessa forma, os povos originários não apenas reagiam à presença europeia, mas também incorporavam e transformavam elementos externos de acordo com suas necessidades e tradições. A partir dessa troca de saberes, experiências e mistura cultural, ocorre a transculturação, ou seja, a troca mútua de elementos culturais reinterpretados, embora marcada por profundas assimetrias de poder. Essas relações de troca não ocorreram em pé de igualdade, pois os nativos, mesmo resistindo e reinterpretando elementos impostos, o faziam sob pressões de dominação, violência e apagamento cultural. Assim, os nativos transformaram elementos impostos pelos colonizadores, adaptando-os às suas próprias tradições e interesses. Isso revela como a colonização atuou na formação de estereótipos, nas interferências nas divisões geográficas e também nas relações sociais com a natureza, pois buscava compreender um território que, de acordo com os redatores, merecia ser explorado.

Pratt (1992) diz que:

[...] o advento da exploração do interior, o mapeamento sistemático da superfície do mundo está correlacionado à crescente busca de recursos comercialmente exploráveis, mercados, terras para colonizar, tanto quanto o mapeamento marítimo está ligado à procura de rotas de comércio. Diferentemente do mapeamento de navegação, todavia, a história natural concebeu o mundo como um caos a partir do qual o cientista produzia uma ordem. Não é, portanto, uma simples questão de representar o mundo tal como ele era (PRATT, 1992, p. 65)

Ao desenvolver conceitos importantes sobre as dinâmicas que ocorreram durante as expedições europeias e trazer à tona a reflexão sobre os lugares que sofreram com as expedições, a população nativa também foi agente no processo de construção cultural, desmistificando a ideia de que apenas os europeus trouxeram ‘civilização’ e ‘desenvolvimento social e cultural’.

Sendo assim, pode-se entender que essas sociedades não foram passivas e também perpetuaram seus entendimentos sobre o mundo e a natureza, o que Pratt trabalha como Zonas de Contato: as culturas se chocam, se misturam umas nas outras, demonstrando que todos passaram por esse processo – obviamente de formas distintas – no que tange à relação entre dominação e subordinação.

Esse estudo serviu de incentivo à reflexão sobre a necessidade de descolonização dessas ideias. Assim, a autora incentivou diversos estudiosos, como a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, que analisa o impacto das Zonas de Contato descritas por Pratt no contexto da história colonial da Amazônia. Ao examinar essas interações, Maria Machado

(2000) ressalta como o olhar europeu moldou o imaginário sobre o Brasil e suas regiões, incluindo a Amazônia no século XVII.

Nessas narrativas, é possível perceber aspectos da visão europeia por meio da religiosidade que seguiam. Os relatos, de certa forma, são atravessados pela visão e pela própria experiência daquele que rege o documento, deixando-se interferir também pela sua religiosidade nas descrições dos viajantes.

A escolha dos fatos é feita pelo observador e representa informações sobre seus interesses pessoais e sobre o seu ambiente sociocultural de origem. As preocupações que comumente são encontradas nos relatos, como comenta Claércio Schneider (2005), demonstram como os interesses desses cronistas estavam também direcionados para detalhar questões sobre o que eles acreditavam ser “civilizado”, além de assinalar as possíveis condições que a terra poderia oferecer em relação a questões exploratórias.

Desse modo, é possível observar que os interesses desses cronistas europeus estavam atrelados à narração de conquistas e às possíveis formas de poder e dominação, tanto da natureza quanto dos habitantes. No período colonial, a vinda de viajantes naturalistas com o intuito de coletar e detalhar a natureza de modo minucioso era de suma importância para a contribuição de informações ao acervo europeu acerca da Amazônia.

Nesse aspecto, é válido salientar a pesquisa de Carlos Gomes (2018), que reflete sobre as imagens construídas por esses naturalistas nas quais, embora estivessem engajados na coleta de material da fauna e da flora, acabavam por reunir informações sobre as transformações socioeconômicas de determinadas regiões, mobilizando as relações negociáveis que ocorriam com as chamadas drogas do sertão.

Nota-se que havia muitos temas nos quais estes exploradores estavam interessados em se aprofundar – como a natureza e os indígenas – em suas reflexões escritas. Segundo Vinícius Pires (2015), a maior parte desses narradores transportava para seus relatos seu contexto cultural e sua bagagem pessoal. Nesse sentido, notam-se expressões comumente encontradas nesses relatos sobre a fertilidade da terra, a narrativa de um possível paraíso e a atenção minuciosa ao fazer análises comparativas, em que utilizam como referência a sua própria cultura.

É possível perceber a construção do “Outro” em muitas dessas narrativas coloniais. Sobre essa formação de um inimigo imaginário, a autora indiana Gayatri Spivak (2010) aborda a questão da violência epistêmica na construção do Outro pelos colonizadores.

Spivak demonstra que as estruturas sistêmicas de poder silenciam e marginalizam grupos subalternos. Um exemplo disso pode ser observado nas representações da Amazônia em

relatos de viagem, pois Spivak revela que esse processo de violência sistêmica marginaliza e silencia grupos por meio de uma estrutura ideológica que constrói espaços (como a Amazônia), os quais são permeados por figuras exóticas e subalternizadas em relação ao colonizador europeu.

Ainda sobre esse aspecto, a historiadora Luciana Rossato (2005) ressalta que os relatos, mesmo os de teor científico, faziam parte de um apanhado de notícias que se difundiam na Europa acerca de uma terra hábil à exploração e que era retratada pelos viajantes como um paraíso, em que os frutos caíam do céu e as plantas cresciam sem muito trabalho, isto é, uma terra rica em alimentos. Segundo a autora, em alguns relatos, é notório que a América foi retratada como uma cópia do Éden pelos primeiros visitantes, mas essa imagem foi construída em oposição à visão que os europeus tinham de sua própria terra, a Europa.

Nesse contexto, Britt Dams (2010) afirma que:

A maioria dos testemunhos vacilam na fronteira entre fábula e realidade. Vários expedicionários estavam realmente convencidos de que o Novo Mundo foi povoado com muitos animais “estranhos”. Outros buscavam lugares míticos (ex.: El Dorado) ou pessoas (ex.: as Amazonas) e, às vezes, estavam convencidos de tê-los encontrados, porque os tinham visto com os próprios olhos (DAMS, 2010, p. 40).

É possível perceber, a partir desse trecho, que o real e o imaginário caminhavam de mãos dadas, visto que havia estranhamento e a tentativa de associação entre o desconhecido e o que lhes era familiar, o que resultava na incorporação de mitos baseados no imaginário medieval para explicar o que, aos olhos dos viajantes, se tornava fantástico.

Por sua vez, as quebras de expectativas não deixavam de existir, pois havia trocas de correspondências entre essas literaturas de viagem e nem sempre as perspectivas ou anseios se concretizavam. Ainda sobre isso, Dams (2010) argumenta que os viajantes europeus não conseguiam ver e entender o “Outro” para além de seus preconceitos, estereotipando-o e exprimindo seus desejos exploratórios em relação à natureza e aos povos nativos.

Durante esse processo, torna-se evidente que a escrita desses relatos estava empenhada em descrever e aproximar a realidade do que atualmente compreende-se como Amazônia para aqueles que não poderiam ter a experiência de viajar para esse lugar e, conseqüentemente, essa narrativa não era totalmente verossímil, dada a fabulação desses fatos e elementos.

Um exemplo significativo dessa narrativa exploratória pode ser encontrado no relato do holandês Jacob Van den Keere, datado no ano de 1638. Em correspondências da época, os europeus frequentemente descreviam a Amazonia como um ambiente de riquezas inesgotáveis, ideal para a produção e principalmente extração de recursos dos rios e da terra. Como evidencia

um dos seus relatos:

Também não há terra melhor para engenhos de açúcar, tabaco, algodão, gengibre e arroz, pelo tamanho e qualidade da terra e[,] principalmente pela comodidade dos índios[,] que não faltam como escravos[,] e índios livres para fazer as plantações nos engenhos[] e também para cultivar o suficiente para nosso povo e os índios[,] como também, da mesma forma que foi dito antes, pode ser enviada para Pernambuco uma grande quantidade de mantimento para a guarnição. (GUZMAN; HULSMAN, 2016, p. 69)

Portanto, os relatos de viagens possuem um caráter duplo: socioeconômico e formador de ideias, não só para os leitores que tinham interesse na extração de riquezas, mas também para a construção de uma identidade civilizatória calcada no processo de desumanização dos povos originários. Isso revela, por conseguinte, a narração de conquistas hiperbolizadas pelos elementos fantásticos, que superinflavam o imaginário coletivo com a possibilidade de dominação e subalternização desse Outro.

A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA NOS RELATOS DE VIAGEM NO PERÍODO COLONIAL

Ciência e política, na elaboração dos relatos de viagem, especialmente no período seiscentista, estavam completamente interligadas, haja vista que as descrições detalhadas, com intenções científicas, serviam de base documental para ações políticas de intervenção territorial e de incentivo à exploração das colônias. Todas as informações coletadas em cartas, mapas e relatos, de modo geral, detalhavam o local de interesse e serviam de base documental para as empreitadas (Guzmán; Hulsman, 2016). A atuação de Morris integra um movimento mais amplo da Companhia das Índias Ocidentais, que via nessas descrições como busca para torná-las científicas uma ferramenta para viabilizar e legitimar sua ocupação territorial. Os mapas e descrições naturalistas eram pensados como instrumentos político-estratégicos, que consolidavam as pretensões holandesas sobre uma região de importância geoeconômica vital, dada a riqueza dos ecossistemas do delta amazônico.

Nos relatos de viagem do período colonial, os discursos não eram de forma alguma, neutros: eles eram encaminhados às Companhias com o objetivo de provar que esse território descrito possuía terras férteis, ricas em fauna e flora, sendo um imenso lugar a ser povoado e explorado, de acordo com os redatores.

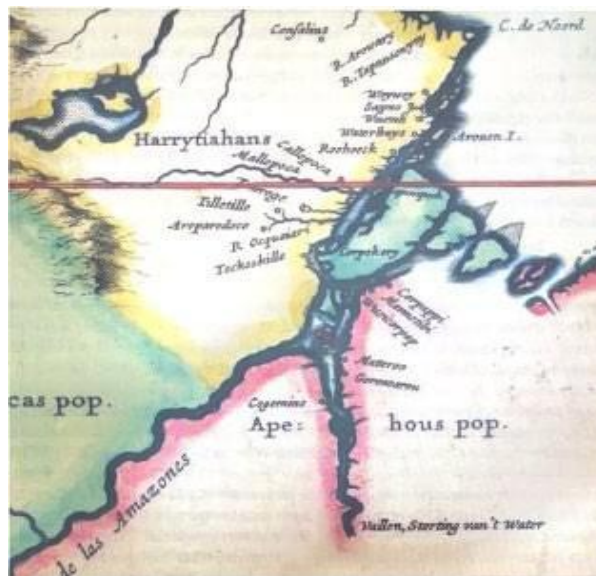
Gedion Morris foi um desses exploradores que esteve na Amazônia em 1629, financiado pela Companhia das Índias Ocidentais, enviado com a intenção de fundar um forte na região do Maranhão e de encaminhar à WIC mapas e fontes repletas de detalhes sobre o delta amazônico (Guzmán; Hulsman, 2016).

As informações do delta Amazônico que se disseminavam para o exterior no século XVII, em forma de cartas e relatos, muitas vezes com teor científico, mesmo que estes não tratassem realmente de ‘homens de ciência’, estavam frequentemente a serviço dos interesses políticos e econômicos das potências coloniais, dado que esses discursos propagados eram, de certa forma, utilizados para implementar e beneficiar a expansão e dominação colonial, apoiando-se também no discurso de que se tratava de uma verdade absoluta.

Além disso, esses relatos não apenas serviam como instrumentos para a legitimação da ocupação territorial, mas também moldavam a percepção europeia sobre as terras coloniais e seus habitantes. A forma como os territórios eram descritos – frequentemente enfatizando sua exuberância natural e riquezas inexploradas – criava uma narrativa que reforçava a necessidade da presença europeia para administrar e civilizar esses espaços.

Dessa maneira, o discurso científico presente nos relatos de viagem não era apenas um meio de coletar informações, mas também um mecanismo de poder que influenciava diretamente as decisões políticas e econômicas das metrópoles coloniais.

Figura 2 - Detalhe mapa de Laet de 1625 mostrando o delta amazônico



Fonte: GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): Documentos Inéditos*. Belém: IOE, 2016, p.31

Acerca dos efeitos discursivos que as produções escritas possuem, Michel Foucault (1996) afirma que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

De certa maneira, a implementação desses discursos, presentes nos relatos de viagem, contribuiu para o fortalecimento do eurocentrismo, isto é, a manipulação, a valorização e a imposição de uma cultura como o centro de tudo. Apesar da necessidade de aprendizagem dos saberes nativos, não lhes era dado o devido reconhecimento, sendo que essas descrições realizadas em expedições valorizavam, em suma, seus grandes feitos exploratórios, com a propagação dessas notícias na Europa. No caso da presença holandesa, esse apagamento cultural se manifestava tanto na imposição de nomes e classificações da fauna e flora segundo padrões europeus quanto na utilização sistemática dos conhecimentos indígenas como base para a exploração dos recursos naturais – sem, no entanto, reconhecer a autoria e a sofisticação desses saberes locais.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que, assim como Foucault (1996) destaca, a autora Chimamanda Adichie (2019) observa a seleção e organização de como deve-se contar a História, sendo que nesses contextos há a seleção de poderes entre aqueles que devem se sobressair e os outros que não podem ser lembrados.

A intelectual nigeriana evidencia os perigos de uma História única e como as estruturas de poder fazem questão de se manter no mesmo *status*, selecionando e organizando o que deve ou não ser lembrado e mantido na memória. A produção de mapas e relatos pelos holandeses atuava, portanto, como um dispositivo de poder simbólico, que não apenas descrevia o território, mas também o reconfigurava sob uma lógica de posse, apagando as formas de ocupação e uso tradicionais dos povos indígenas amazônicos.

Para Michael Pollak (1992), a memória é um campo de ideias seletivo, podendo ser herdada ou vivida por tabela, não necessariamente sendo algo tratado apenas como parte da vida física da pessoa. Compreende-se que a seleção dos discursos e a maneira como são proferidos os acontecimentos contribuem para a fixação dessa memória, sendo ela utilizada por discursos oficiais e organizada a partir de estruturas de poder dentro da esfera política.

Pode-se dizer que a memória é um objeto de disputa importante para a solidificação de acontecimentos e para definir como eles poderão ser lembrados, assim como aconteceu no processo de colonização da Amazônia. O esquema de seleção da memória está profundamente entrelaçado com a concentração de poder, que pode ser apropriada sob o viés político e econômico.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1989) enfatiza que o poder simbólico – aquele utilizado como instrumento de conhecimento e comunicação, mobilizado em teorias da ciência e da

política – pode exercer um poder estruturante, porquanto possui o privilégio de construir uma dada visão de mundo, podendo tratá-la como efeito de verdade legítima, silenciando ou apagando tudo aquilo que contraria suas ideias.

Pode-se dizer que essas instituições interessadas na Amazônia, a partir da literatura de viagem, eram capazes de moldar e interferir na capacidade de percepção social e no entendimento sobre a natureza para aqueles que não estiveram fisicamente no delta amazônico. Pierre Bourdieu (1989) explica que o poder simbólico é retratado quase como algo mágico, pois permite que essa legitimação de ideias seja imposta de modo implícito, como se esse modo de exploração e colonização fosse algo natural e positivo, sem demonstrar, muitas vezes, o caráter arbitrário presente na manipulação.

No ato de escolha e divisão daquilo que se seleciona como devendo ou não ser lembrado, há um posicionamento político-ideológico. Portanto, a análise dos relatos de viagem durante o período colonial revela uma estreita relação entre ciência e política, na qual o discurso científico, longe de ser neutro, serve como instrumento para justificar e legitimar a expansão territorial e a exploração colonial.

Em seu relato Du Gardin⁵ discorre:

[...]Contudo [...] acerca das tartarugas, que quer dizer em nossa língua schildpadden¹⁰⁸Nesse rio possui dez ou doze léguas acima uns bancos de areia altos e grandes onde uma multidão de tartarugas enterram seus ovos[,] que chocam através do calor da terra[...] Logo que as mesmas aparecem em multidões [,] alguns escravos dos Portugueses as viram de costa e carregam multidão de canoas com elas, mantendo-as vivas por cinco e até seis meses[.] Isto é[...] em casinhas que eles constroem perto das suas casas à beira da água[.] Assim que a água entra lá dentro[,] eles dão-lhes folhas que crescem ao lado do rio como mantimento. Consideramos essas tartarugas comida muito boa, tirando-as das suas cascas e servem-nos também no mar [como comida] [...] tal como fizemos quando viemos recentemente dali e encontramos as mesmas muito boas. Mas há que se cuidar quando salgar [...] espremendo o sangue completamente e cortando os ossos para o sal melhor conservar os mesmos. (GUZMAN; HULSMAN, 2016, p.61)

O relato apresentado evidencia a observação detalhada dos viajantes europeus sobre o ciclo de vida das tartarugas amazônicas e os métodos de captura e conservação empregados pelos colonizadores e populações locais. A menção à palavra *schildpadden*, termo neerlandês para tartaruga, sugere um esforço em nomear e categorizar a fauna amazônica segundo os padrões europeus, um processo recorrente nos relatos coloniais. Esse ato de nomear, classificar e padronizar espécies amazônicas segundo o vocabulário neerlandês revela não apenas um

⁵ As informações que há sobre Peter Du Gardin é de que ele teria sido prisioneiro no Maranhão durante 14 anos. Na capa do seu relato ele registra que veio ao Maranhão em 1637. Há uma nova referência sua em 1641 como encarregado do navio dos mercadores Van Pere e Van Rhee.

esforço científico, mas também uma estratégia colonial: ordenar o desconhecido era, simultaneamente, controlá-lo. Assim, o discurso naturalista holandês contribuía para consolidar uma visão de mundo na qual o território amazônico era representado como um repositório passivo de recursos à disposição da metrópole.

Esses relatos, financiados por instituições como a Companhia das Índias Ocidentais, ajudaram a consolidar uma visão eurocêntrica dos territórios coloniais, enfatizando suas riquezas naturais e seu potencial exploratório. As observações feitas pelos exploradores, assim como os dados coletados sobre a Amazônia, configuravam e moldavam a percepção desse território aos olhos dos estrangeiros.

Compreende-se que esses relatos desempenharam um papel essencial na produção de um discurso hegemônico, no qual o poder simbólico foi utilizado para selecionar e legitimar determinadas narrativas, ao mesmo tempo em que silenciava outras. Ao controlar o que deveria ser lembrado e propagado, os relatos – especialmente aqueles produzidos por agentes holandeses no século XVII – eram desenvolvidos para a imposição de uma ‘memória oficial’ que consolidava a dominação colonial, mascarando o processo de invasão como uma suposta missão civilizatória baseada em ciência e racionalidade.

Tal processo exemplifica a dinâmica de poder presente na produção do conhecimento, na qual a construção de uma visão específica de mundo se apresenta como verdade, ao passo que o saber nativo e as complexidades locais eram sistematicamente apresentados como menores e desvalorizados.

RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS NA AMAZÔNIA COLONIAL: CAÇA, DOMESTICAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA FAUNA

A relação entre humanos e animais na Amazônia colonial não se limitava ao uso da fauna como fonte de alimento ou matéria-prima. Os relatos holandeses do século XVII revelam um panorama complexo em que os animais eram tanto alvo de exploração econômica quanto agentes ativos nas dinâmicas socioculturais da região. A forma como os viajantes neerlandeses descrevem essa interação reflete tanto o fascínio pelo desconhecido quanto a tentativa de domesticar e compreender a fauna local segundo os padrões europeus.

A primeira dimensão dessa relação é econômica. A Amazônia era percebida como um território de abundância, onde a caça e a pesca forneciam não apenas sustento para as populações locais, mas também produtos valiosos para o comércio transatlântico. Nos

documentos selecionados por Décio Guzman e Lodewijk (2016) Os holandeses mencionam diversas espécies exploradas, como descreviam lugares favoráveis para a pastagem de bois, vacas e cavalos.

A segunda dimensão é a da adaptação e apropriação dos recursos locais. Os relatos indicam que os colonizadores tentavam introduzir práticas europeias de criação animal, mas dependiam em grande parte dos conhecimentos indígenas para a caça e a domesticação de certas espécies nativas.

Os registros de naturalistas como Willem Piso⁶ e Georg Marcgrave⁷ demonstram esse intercâmbio de saberes, evidenciado na descrição minuciosa da fauna brasileira em *História Naturalis Brasiliae* (1648). Como destacado por Gesteira (2008), o conhecimento sobre os animais e plantas era transmitido não apenas por meio da oralidade, mas também por registros iconográficos, permitindo que o Velho Mundo tivesse acesso às riquezas naturais do Brasil.

Enquanto os europeus estavam acostumados a animais como vacas, porcos e cabras, encontraram na fauna amazônica um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. Algumas espécies selvagens, como os porcos selvagens e as tartarugas, eram manejadas para o consumo, enquanto pássaros exóticos, como o mutum, chamavam a atenção pelo potencial ornamental.

⁶ Willem Piso (1611–1678) foi médico e naturalista holandês; integrou a comitiva de João Maurício de Nassau no Brasil Holandês (1637–1644). É frequentemente chamado de Guilherme Piso em português. Considerado um dos fundadores da medicina tropical. Coautor de *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) e autor da segunda edição ampliada, *De Indiae utriusque re naturali et medica* (1658).

⁷ Georg Marcgraf/Marcgrave (1610–1644) foi naturalista, astrônomo e cartógrafo alemão (o nome aparece como Marcgraf, Markgraf ou em português Jorge Marcgrave). Primeiro astrônomo formado a trabalhar nas Américas; fez levantamentos de fauna, flora, astronomia e geografia no NE do Brasil. Coautor de *Historia Naturalis Brasiliae*; também publicou (póstumo) um grande mapa do Brasil em 1647.

Figura 3 - PISO, W. e MARCGRAVE, G. *Historia Naturalis Brasiliae*. Leiden: Franciscus Hack. Amsterdam, Ludovicus Elzevier, 1648



Fonte: Vista do Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624/1654)

É interessante os contrastes atribuídos a essas iconografias que buscavam descrever a natureza e , a figura representando o homem europeu, pode-se observar que ele está destacado na pintura como o centro, e ao lado um homem e uma mulher indígena, a natureza é representada com misturas de claro e escuro, representando o desconhecido, animais de diversos tamanhos que representam a diversidade percebida nesse território, e a questão da profundidade da mata, onde vivem indígenas representados ao fundo como se estivessem festejando.

Por fim, a interação entre humanos e animais na Amazônia colonial também tinha implicações ecológicas. A caça predatória, impulsionada pelo comércio e pela necessidade de sustento das populações coloniais, começou a afetar a biodiversidade local. A introdução de espécies domésticas europeias impactou os ecossistemas amazônicos, alterando cadeias alimentares e afetando o equilíbrio entre predadores e presas.

Esse processo, iniciado no período colonial, prenunciava mudanças mais amplas que se

intensificariam com o avanço da ocupação humana na região. Assim, a relação entre humanos e animais na Amazônia colonial foi marcada pela exploração econômica, pela adaptação às condições locais e pelas consequências ambientais dessas interações.

O fascínio dos europeus pela riqueza da fauna amazônica coexistia com a busca incessante por maneiras de integrar esses recursos ao sistema mercantilista, muitas vezes sem considerar os impactos a longo prazo sobre o meio ambiente e as populações indígenas que tradicionalmente manejavam esses recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as representações da fauna amazônica nos relatos neerlandeses do século XVII, considerando a intersecção entre discurso colonial, percepções europeias sobre a natureza e os impactos dessas narrativas na construção de um imaginário ocidental sobre a região.

Por meio da análise de documentos históricos e literatura especializada, identificamos como os viajantes e cronistas neerlandeses descreveram a fauna local, os usos que lhe atribuíram e as interpretações que fizeram da interação entre humanos e não humanos no contexto da colonização.

Os resultados obtidos indicam que os relatos neerlandeses sobre a fauna amazônica estavam inseridos dentro de um quadro mais amplo de representação do Novo Mundo, que oscilava entre a admiração e o temor, entre a exotização e a instrumentalização da natureza. A fauna não apenas era descrita como um recurso a ser explorado, mas também como um elemento simbólico que reforçava a ideia de uma natureza selvagem e misteriosa, necessitada da intervenção europeia para ser domada e compreendida.

Dessa forma, a história ambiental e a história dos animais permitiram um olhar crítico sobre como essas representações colaboraram para a consolidação de discursos coloniais e eurocêntricos sobre a Amazônia.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que os relatos neerlandeses também evidenciam a interação entre os europeus e os povos indígenas, sobretudo no que concerne ao uso e ao conhecimento da fauna local. Muitos dos conhecimentos práticos sobre os animais e seus usos medicinais, alimentares e rituais foram apropriados e reinterpretados pelos neerlandeses, que, ao mesmo tempo em que dependiam dessas informações para sobreviver, frequentemente as desconsideravam ou as enquadravam dentro de uma perspectiva ocidental de exploração econômica. Essa relação evidencia um dos aspectos centrais do colonialismo: a apropriação seletiva de saberes locais para atender aos interesses das metrópoles europeias.

Outro aspecto relevante identificado foi o papel dos relatos neerlandeses na construção e perpetuação de estereótipos sobre a Amazônia, influenciando a maneira como a região foi representada e explorada ao longo do tempo. As descrições fantásticas, muitas vezes influenciadas pelo imaginário medieval e pela literatura de viagens, reforçaram a ideia de um território abundante e misterioso, permeado por perigos e oportunidades.

Esse discurso foi fundamental para justificar práticas de exploração e domínio colonial, além de alimentar uma visão da Amazônia como um espaço de riqueza inesgotável,

perspectiva que perdura até os dias atuais em diferentes narrativas sobre a região.

Diante das análises realizadas, este estudo contribui para uma compreensão mais ampla sobre os impactos das narrativas coloniais na formação de discursos sobre a Amazônia, evidenciando a importância da história ambiental e da história dos animais como ferramentas analíticas fundamentais para a revisão crítica dessas construções.

Além disso, reafirma-se a necessidade de reavaliar os relatos históricos sob uma perspectiva descolonizadora, que leve em consideração as vozes e os conhecimentos dos povos indígenas, frequentemente marginalizados nesses discursos.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa abre caminhos para futuras investigações sobre as interações entre humanos e não humanos na história da colonização da Amazônia, bem como sobre a permanência dessas representações nos discursos contemporâneos sobre a região.

A compreensão do passado, especialmente sob uma abordagem que considere tanto os agentes humanos quanto a natureza, é essencial. Essa perspectiva possibilita a construção de novas formas de relação com o meio ambiente e com as populações que historicamente habitam a Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 16. ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOXER, C. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- DAMASCENO, A.; MIRANDA, J. I. **Colonização e educação na Amazônia portuguesa (1500-1757)**. Educação, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 1-28, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37931>. Acesso em: 3 set. 2024.
- DAMS, B. **Brasil Holandês: a construção do “Eu” e do “Outro”**. *Mnemosine Revista*, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://biblio.ugent.be/publication/1857017>. Acesso em: 3 set. 2024.
- DESPRET, Vinciane. **From Secret Agents to Interagency**. *History and Theory*, v. 52, p. 29-44, dez. 2013. Disponível em: <https://www.historyandtheory.org/>. Acesso em: 9 set. 2024
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCO, S. Relatos de Viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: FRANCO, S.; JUNQUEIRA, M. (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Humanitas, 2011.
- GIMENEZ, J. **A Presença do Imaginário Medieval no Brasil Colonial: descrições dos viajantes**. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 207-213, jan. 2001. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-presen%C3%A7a-do-imagin%C3%A1rio-medieval-no-Brasil-dos-Gimenez/5dcd6eb3260c765e827f9ad0994b93707ab711db>. Acesso em: 3 set. 2024.
- GOMES, C. **Ciclos Econômicos do Extrativismo na Amazônia na Visão dos Viajantes Naturalistas**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QSVGTdSZK/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2024.
- GUZMÁN, D. **Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos**. Belém: IOE,

2016.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century**. Berkeley: University of California Press, 1967.

História de uma viagem feita á terra do Brasil: Léry, Jean de, 1534-1611: Free Download, Borrow, and Streaming: Internet Archive. Internet Archive. Disponível em: <<https://archive.org/details/historiadeumavia00lery>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

HULSMAN, L. Escambo e Tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). In: CHAMBOULEYRON, R.; JUNIOR, J. (orgs.). **Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

KETTLE, Wesley Oliveira. FERRARO, Mário Roberto. ROSSI, Esther Mayara Zamboni. **Estudos de história ambiental, novos horizontes. [recurso digital]** / Wesley Oliveira Kettle, Mario Roberto Ferraro, Esther Mayara Zamboni Rossi (organizadores)- Maceió, AL: Editora Olyver, 2022.

LATOUR, B. 1994. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MACHADO, M. **Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação**. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 281–289, nov. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100012>. Acesso em: 28 set. 2024.

MILLER, Eurico. **Arqueologia dos sítios de Monte Castelo, RO: pescadores e coletores da Amazônia pré-histórica**. Porto Velho: Museu Goeldi, 1992.

OSÓRIO, Andréa. **Entre o real e o representado: um debate na história dos animais**. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 3, n. 1, p. 75-94, 2015.

PÄRSSINEN, Martti; SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu *et al.* **Pre-Columbian geometric earthworks in the upper Purus: a complex society in western Amazonia**. *Antiquity*, v. 83, n. 322, p. 1084–1095, 2009.

PIRES, V. Idealização, Exaltação e Degeneração da Natureza e dos Habitantes do Brasil nos Relatos dos Viajantes Europeus Durante o Século XVI e Início do Século XVII. In: HURTADO, L.; PORTUGAL, A. (orgs.). **Representações Culturais da América Indígena**.

São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PISO, Wilhelm; MARGGRAF, Georg Laet, **Historia naturalis Brasiliae**. Lugdun. Batavorum; Amstelodami: Franciscum Hackium; Lud. Elzevirium; Lud. Elzevirium, 1648. 2v. em 1.: il

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul. 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941#:~:text=Michael%20Pollak.%20pdf.%20Publicado.%201992-07-30.%20Edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 3 set. 2024.

PRATT, M. **Os Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRATT, Mary Louise.

Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre; revisão técnica de Maria Helena Machado e Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 394 p.; 22 cm. (Coleção Ciências Sociais). ISBN 85-86259-64-0.

ROSSATO, L. A Natureza da Capitania de Santa Catarina a Partir dos Relatos dos Viajantes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 23, 2005, Londrina. **Anais** [...]. p. 1-8.

SCHNEIDER, C. **A Construção da Identidade Brasileira Através do Estudo dos Relatos de Viagem**. Akrópolis, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 49-50, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235578135.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

SPIVAK, G. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Vista do Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624/1654). Revistas.usp.br. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34603/37341>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.